

Ata da 28ª Assembleia Geral Ordinária Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, no Centro de Cidadania, teve início a 28ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP, convocada pelo edital publicado na edição nº 1399 do Jornal Oficial, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Aprovação da ata da 27ª AGO; 3) Aprovação do Relatório de Atividades 2021; 4) Aprovação da ata da 28ª AGO; 5) Apresentação e posse dos novos Conselheiros do CMPOP – Biênio 2022/2023. A assembleia contou com a participação cinco conselheiros do poder público – Márcio Senna Salgado (SEGEP), Evandro Karvalho (SESEP), Natália Ferreira (SEMAP), Flávio Fonte Vieira (SEMOP), Alcino (SAAE) e seis conselheiros da sociedade civil – Antônio Augusto B.Lobo, Marisa Aparecida Dias, Pedro Barbosa de Carvalho, Sérgio Adriane Pires, Sydney Cleber de Oliveira e Vanderlei Campos. Participaram também Mário Baião, Sérgio Azevedo, Hans Muylaert, André Arrigoni e Marcelo Cunha da Silva, da SEGEP, dez cidadãos que serão empossados e mais alguns munícipes, todos com presenças assinaladas no Livro de Presença. 1) Informes: o Presidente iniciou a reunião lembrando da reunião pública convocada pela Câmara Municipal para discutir a LOA2022, realizada no dia nove de dezembro e que contou com a presença de seis conselheiros do CMPOP. O Presidente avaliou que a iniciativa foi louvável, embora tardia, e ressaltou que, segundo seu entendimento a reunião não supre a exigência da lei que determina a realização de audiência pública. Aberta a palavra para os demais conselheiros, a Conselheira Marisa Dias declarou que esperava que a Câmara se debruçasse concretamente sobre a LOA e que os vereadores se abstivessem de pronunciamentos. Sobre o anteprojeto criticou a falta de detalhamento dos projetos. O Conselheiro Sérgio Adriane Pires ratificou a posição da Conselheira Marisa Dias, concluiu que a Câmara não estudou a lei orçamentária e, pugnando pela realização de audiência pública, ressaltou que as reuniões setoriais não configuram audiências públicas. O Conselheiro Antônio Augusto B. Lobo solicitou aos novos conselheiros que pesquisem o relatório do POP On-line e leiam o anteprojeto da LOA. O Secretário da SEGEP - Mário Baião pediu a palavra e declarou que o poder público vem interagindo com a sociedade desde março, encaminhou a pesquisa do POP On-line para o Prefeito e em setembro disponibilizou o anteprojeto para a população. Discorreu sobre o Estatuto das Cidades e sobre a lei municipal 2159/2018. Pediu que todos refletissem sobre as leis e insistiu que o CMPOP é o fórum adequado para discutir as peças orçamentárias. Acrescentou que a SEGEP se colocou à disposição da Câmara para esclarecimentos. Informou que as emendas impositivas dos vereadores foram concluídas em 30 de novembro, o que demonstra a intempestividade da reunião pública realizada em 9 de dezembro. Destacou alguns avanços, lembrando que dispositivos da Lei Orgânica nunca foram cumpridos em outras gestões. Em seguida, falou da oscilação das receitas advindas dos royalties e que a Prefeitura tem vários projetos prontos, executados à medida que haja recursos financeiros. A Conselheira Marisa solicitou que estes projetos fossem mostrados à população. O Sr. José Jeremias Dalmazo pediu esclarecimentos sobre a relação do SAAE com a CEDAE. O Presidente informou que o SAAE fornece água em locais onde a CEDAE não opera, basicamente em Rocha Leão e, na parte do esgoto, o SAAE opera pequenas estações de tratamento de esgoto, desvinculadas da rede operada pela BRK. O Conselheiro Pedro Barbosa de Carvalho expôs as dificuldades nos entendimentos com o

SAAE, que apresentou projetos, recebeu verba e logo declarou que o projeto da ampliação da rede da Boca da Barra teria que ser refeito. Reclamou também da ausência dos representantes do poder público nas reuniões do CMPOP. Neste ponto, quando já se discutia diversos aspectos ligados ao saneamento básico, o Presidente informou que no dia 29 de dezembro teremos o leilão do bloco 3. Este leilão se destina a escolher a empresa que terá concessão para explorar os serviços de abastecimento de água e a coleta/tratamento de esgoto em diversos municípios, incluindo Rio das Ostras. O Conselheiro Sérgio Adriane estima que a nova empresa venha a operar dentro de seis meses no abastecimento de água. O Conselheiro Sydney Cleber de Oliveira manifestou preocupação sobre a declaração do advogado Fernando Vernalha, responsável pelos aspectos jurídicos da licitação, no dia 13 de outubro, na Audiência Pública “on-line” do bloco 3; segundo o advogado, o bloco 3 é o único que o jurídico não irá exigir que a empresa vencedora da licitação precise comprovar exigência de qualificação, a empresa precisa apenas apresentar um profissional qualificado no seu corpo técnico. O Conselheiro Sydney alertou que isto vai exigir maior fiscalização sobre os serviços prestados pela futura concessionária. O Presidente ratificou este alerta e sugeriu que os esforços do CMPOP na busca de investimentos para ampliação da coleta de esgoto e abastecimento de água devam ser direcionados para as outras vertentes do saneamento básico – a drenagem de águas pluviais, que apresenta enormes deficiências e o manejo de resíduos sólidos. Em relação aos resíduos sólidos, o Presidente lembrou que foram iniciadas as atividades visando a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, conforme notícia distribuída para todos os atuais e futuros conselheiros. A Conselheira Marisa Dias perguntou sobre a dívida de Rio das Ostras com a BRK. O Secretário Mário Baião informou que a dívida, de acordo com os termos contratuais, ultrapassa R\$ 700.000.000,00, citou o relatório da CGU que apontou um sobrepreço de R\$ 70.000.000,00 na obra e destacou o ganho econômico auferido pela Odebrecht como argumentos expostos por Rio das Ostras no decorrer do litígio. 2) Aprovação da ata da 27ª AGO: a ata da 27ª AGO, cuja minuta foi distribuída previamente para todos os conselheiros, foi aprovada sem ressalvas. 3) Aprovação do Relatório de Atividades 2021: a última versão foi enviada para todos os conselheiros no dia quinze de dezembro e, conforme consta do próprio texto, o relatório tem como objetivo prestar contas e deixar um registro para os próximos conselheiros. Submetido à votação, o relatório foi aprovado sem ressalvas. 4) Apresentação e posse dos novos Conselheiros do CMPOP – Biênio 2022/2023: alterando a ordem da pauta, o Presidente do CMPOP passou a palavra para o Secretário de Gestão Pública – Sr. Mário Baião Filho para apresentar e dar posse aos conselheiros eleitos para o biênio 2022-2023. São eles: Setor A: Lucimar Chaves de Lima, Mariângela Alves de Queiroz e Vanderlei Campos; Setor B: Edilaine Leite da Nóbrega e Marisa Aparecida Dias; Setor C: Kátia Maria Diniz Macillo, Leslie Calzavara Carreira e Pedro Barbosa de Carvalho; Setor F: Marcelo Ramos Coelho da Silva, Naja Botelho Thomé e Uilson Alves Silva; Setor H: José Geremias Dalmazo, Mariana de Souza Corrêa e Suely Luzia Pereira; Setor J: Karla Regina de Souza Carvalho; Setor M: Ana Lúcia Falcão Oliveira, Sandro Werneck Rodrigues e Wantuil Rimes Valente; Setor N: Antonio Augusto B. Lobo, Sérgio Adriane Pires e Sydney Cleber de Oliveira; Setor O: Oscar Alberto Vali e Marlon Messias de Lima Sthel Antunes. Seis setores estão completos, três incompletos e seis vazios: D, E, G, I, K e L. Aproveitou a oportunidade e forneceu para os conselheiros presentes um conjunto contendo a fundamentação legal que suporta a atuação do CMPOP, o Regimento Interno, as leis municipais 2159/2018, 2163/2018 e 2414/2020 e a relação

dos novos conselheiros para o biênio 2022-2023. O Secretário propôs que as reuniões do CMPOP sejam realizadas no Centro de Cidadania que está sob controle da SEGEP e marcou a data da primeira assembleia geral extraordinária de dois mil e vinte e dois para o dia dezoito de janeiro, ocasião na qual serão apresentadas as regras para eleição da Comissão Executiva, prevista para o dia vinte e sete de janeiro. A palavra foi aberta para apresentação de dúvidas em relação ao funcionamento do CMPOP. A Sra. Mariana de Souza Corrêa perguntou sobre a interrupção das obras de pavimentação no Âncora. O Conselheiro Flávio Fonte Vieira, da SEMOP, especulou que a interrupção poderia ser devido à necessidade de aditivo contratual, mas trará esclarecimentos na próxima reunião. 5) Aprovação da ata desta 28ª AGO: nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a dedicação daqueles conselheiros que se mantiveram, até o final do mandato, fiéis ao compromisso assumido e apresentou a minuta da ata desta própria reunião. A ata lida e aprovada, por unanimidade, sem ressalvas, vai assinada por mim, Marisa Aparecida Dias, secretária “ad-hoc” e Vanderlei Campos – Presidente do CMPOP.